

MARCINEIA TUPINAMBÁ

POVO:

TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

NASCIMENTO:

1981

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**MESTRA PELA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)
E DOUTORANDA EM EDUCAÇÃO PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO
CARLOS (UFSCar)**

HISTÓRIA DE VIDA

Filha de mãe solteira, eu convivía com meus avós. A família de minha avó – minha mãe e meus tios e tias – tinham feito apenas os primeiros anos do Ensino Fundamental. Na época, o primário era em escolas que funcionavam em casas de pessoas alfabetizadas. Escola pública não existia próxima à comunidade. Aos seis anos também estudei com uma senhora, à qual minha avó pagava pelo serviço. No entanto, no ano seguinte, em 1988, (quando eu tinha sete anos), foi inaugurada a primeira escola pública próxima à comunidade onde morava, mas que só ensinava até a antiga 3ª Série. Para estudar a partir da 4ª Série, teve que ser em Olivença, distante uns seis quilômetros da minha comunidade. Na 7ª Série, minha mãe e minhas avós não podiam pagar o transporte para que eu e meu irmão pudessemos estudar; tive que morar em outra cidade com uma tia. Nessa cidade fiz a antiga 8ª Série e o Magistério (Ensino Médio). Talvez tenham sido os desafios que provocaram meu interesse pelos estudos. Desafio de ser a primeira mulher da família a terminar o Ensino Médio, desafio de ser a primeira professora da família, desafio de ser a primeira a cursar uma faculdade (atualmente minha irmã e uma prima também estão na faculdade), e agora a primeira da família, da comunidade e do meu povo a concluir um curso de mestrado. A cada desafio superado vem a vontade de vencer o seguinte.

SER MULHER

Mulheres guerreiras, que muitas vezes sustentam suas famílias sozinhas, trabalham no plantio, na comercialização em feiras, como empregadas domésticas e ainda estudam. É nesse contexto que me insiro como mulher, indígena, mãe, esposa, professora e estudante.

As mulheres de comunidades indígenas são sábias, fortes e perseverantes. Por isso fui ensinada a nunca desistir. Para estudar precisava pagar transporte, comprar livros e estudar à noite, em casa, à luz de velas ou candeeiro, mas sempre encarei como um desafio. Depois de casada, cursei a faculdade e a pós-graduação, dividindo meu tempo entre a família, o trabalho e o curso. Esse desejo de mudança se transforma a cada dia em energia, principalmente para mulheres que convivem em comunidades.

As mulheres Tupinambá têm um papel de destaque em relação aos homens Tupinambá, tratando-se de lideranças. A educação escolar indígena, aqui na aldeia, aconteceu inicialmente em casas de mulheres Tupinambá, que aos poucos foram fundando a Escola Tupinambá. O movimento inicial pela escola na aldeia foi incentivado por uma Tupinambá que representava uma ONG (FASE), chamada Núbia Batista. O início da escola favoreceu o reconhecimento como etnia, e teve como primeira Cacique também uma mulher: Maria Valdelice. Atualmente, além de Maria Valdelice, temos duas outras caciques, várias lideranças de comunidade, em sua maioria professoras.

Ser mulher já é difícil numa sociedade machista. Ser mulher indígena é um tanto mais complicado em um país que se diz civilizado. O lugar da mulher indígena no campo do patrimônio cultural é um espaço ainda invisível aos olhos da sociedade branca. São poucos os trabalhos desenvolvidos por mulheres em tais espaços, e nestes poucos encontramos barreiras. Isso não significa que as mulheres não desenvolvam produções, mas que essas se dissolvem antes de se tornarem conhecidas, por problemas principalmente de valorização e/ou financiamentos, destinados prioritariamente às figuras masculinas e brancas.

ESTUDOS

Minha carreira foi decidida por uma professora da primeira série, professora Gersonita. A forma como ela lecionava me deixou apaixonada pela profissão, e já tinha certeza de que faria um curso para dar aulas. Fiz inicialmente o magistério, e com esse curso comecei a trabalhar na comunidade onde resido atualmente. Lecionei em turma multisseriada (anos iniciais do Ensino Fundamental) por sete anos até ser aprovada para o curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 2008. Não consigo pensar em fazer outra coisa, senão ser professora; amo o que faço. Poderia ter seguido outros caminhos, talvez mais concorridos, mas que com minha persistência poderia ter vencido.

Na especialização, pesquisei sobre a alfabetização de crianças com dificuldades em leitura e escrita a partir das letras de músicas do Poranci, que eram cantadas todos os dias pelas crianças.

O problema definido pela pesquisa que iniciei no curso de mestrado não foi alterado por nenhuma das orientadoras: organizamos e delimitamos os campos e sujeitos, respeitando a angústia que eu trazia na prática, enquanto professora indígena. Sendo assim, a pesquisa foi realizada com 11 professoras indígenas Tupinambá, na qual apresentei o seguinte problema: como os princípios apresentados pelo Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas de 1998 são implementados no cotidiano das práticas pedagógicas dos professores e professoras Tupinambá? O resultado da referida pesquisa originou a dissertação intitulada *Práxis pedagógica e saberes culturais: diálogo com as professoras Tupinambá de Olivença*, defendida na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 2016. Agora, pretendo auxiliar minha comunidade a compreender e implementar uma prática pedagógica diferenciada, que atenda às demandas do movimento indígena.

O POVO TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

O povo Tupinambá de Olivença foi obrigado a ficar em silêncio por muito tempo, por questões de sobrevivência. Segundo a população e a mídia local, somos os “Caboclos de Olivença”. No entanto, mesmo assim as lideranças continuam na busca por direitos. Em maio de 2002, após o movimento da educação escolar Tupinambá, finalmente fomos reconhecidos como povo pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Atualmente são 35 comunidades que formam a aldeia Tupinambá que abrange os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, na região sul da Bahia, num total de 47.370 hectares e perímetro de 150 km, ainda em processo de demarcação.

Somos a segunda etnia mais numerosa na Bahia, junto com outros parentes também do sul e extremo sul do estado, como: Tupinambá de Belmonte, Pataxó e Pataxó HãHãHãe, que habitam historicamente aquela região. Diante das lutas, agimos coletivamente como irmãos, parentes, unidade, em busca de respostas para problemas comuns, mesmo que as lutas aconteçam em forma de pequenos grupos. Quando há necessidade de discussão e tomada de decisão, caciques e lideranças de diferentes povos e lugares, inclusive de outros estados, se reúnem para organização e ações em prol do povo indígena.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

As políticas indigenistas foram buscadas e conquistadas através de várias manifestações de resistência do movimento social indígena, durante os séculos pós-invasão. Alguns momentos da história ocorreram de forma mais intensa, outros de forma mais tímida, em razão das sanções provocadas pelos colonizadores. No entan-

to, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 210, 231 e 232, tais direitos passaram a ser leis. Mas ainda falta muito para implementá-los. A política não garante que os direitos duramente conquistados se efetivem. O que mais impressiona em alguns momentos é o tratamento de “prestação de favores” de setores públicos, como se não tivéssemos uma legislação que nos amparasse legalmente.

Espero que a FUNAI possa interagir de forma mais efetiva nos diversos setores da comunidade indígena. A atuação da FUNAI, ultimamente, tem sido para resolução de problemas urgentes, não há um trabalho educativo de médio e longo prazo para os povos indígenas.

A tutela (pela FUNAI) ainda é realizada, em menor proporção, tal qual foi estabelecida no Estatuto do Índio em 1973. No entanto, quando diz respeito à ocupação de terras indígenas e reintegração destas, ainda é atuante como órgão responsável pela tutela e assistência da União.

O Estatuto do Índio, aprovado em 1973, propunha interesses políticos para aquela época, inclusive com termos próprios daquele tempo. Colonialista, impostor, tutelar, correspondia a um tempo em que os indígenas eram vistos como silvícolas que precisavam se integrar à sociedade nacional. Atualmente, apesar de ainda encontrarmos pensamentos retrógrados, essas concepções estão ficando para trás. Muitas políticas permitiram uma mudança, ainda que tímida, após a Constituição Federal de 1988. Um novo estatuto deve estar de acordo com o que traz a atual Constituição Federal sobre os povos indígenas, o respeito à cultura e diálogos com outras culturas e ciências, como pensadores e mobilizadores das próprias demandas, sem a sombra assistencialista.

Os direitos ao território, saúde e educação estão entre os direitos constitucionais. Apesar disso, há uma luta para que se tornem efetivas. O território é a luta prioritária, entre os três direitos. É através do território que um povo se reafirma etnicamente e mantém seus costumes, subsiste economicamente, mantém suas crenças, no local onde moraram seus antepassados. Não é apenas um chão onde se cultiva e produz, como defendem os latifundiários. Com a Terra, defende-se então os direitos básicos de educação e saúde que correspondam aos direitos culturais, diferenciados e específicos para cada povo. Para que sejam legitimados, há uma luta intensiva do movimento indígena. Para nós, o povo Tupinambá, a luta pela demarcação do território é intensa. Vários parentes já se foram, lideranças indiciadas pela justiça indevidamente com o objetivo de intimidar para que desistam do movimento. Com a educação escolar não é diferente, há um descaso muito grande com o cumprimento das leis pelas secretarias de educação do governo, seja estado ou município: pessoal despreparado, falta de recursos e burocratização dos serviços. A saúde passa por situação semelhante quanto à implementação do que está posto na Constituição Federal de 1988.

Os movimentos indígenas, ou melhor, o movimento indígena, para falar de vários interesses comuns entre os povos indígenas, tem buscado a efetivação das leis já conquistadas. Há uma grande mobilização, realização de conferências, fóruns de educação, conselhos em várias instâncias para que a legislação se cumpra. No entanto, o movimento e as organizações têm enfrentado barreiras colonialistas herdadas há séculos. O tratamento a representantes do movimento em muitos lugares ainda é visto como prestação de favores, e não como cumprimento de uma lei constitucional.

O Conselho Nacional de Política Indigenista, apesar de bem representado por indígenas, em alguns locais encontrou problemas no cumprimento e normatização dos direitos. Há muita burocratização nos diversos setores ligados ao governo, sobretudo no que diz respeito a financiamento.

PATRIMÔNIOS

Tem crescido bastante o número de pesquisadores indígenas dedicados ao estudo sobre diferentes temas relacionados ao contexto das aldeias: religião, educação, cosmologia, natureza, etc.. Os comitês de pesquisa dificultam muito a autorização desses pesquisadores, porque o sistema de aprovação e liberação de pesquisadores ao campo tem a ideia de que indígenas não podem se tornar pesquisadores; não há opção, no caso dos indígenas, de como proceder. Assim, os técnicos ficam emitindo pareceres que não correspondem ao contexto de pesquisadores indígenas. No meu caso, por exemplo, quando precisei da aprovação do comitê de ética, exigiram autorização para entrar em terras indígenas, mesmo eu falando que já morava em uma terra indígena.

O chamado “patrimônio cultural” ainda não representa com legitimidade os povos indígenas, nem os negros. Somos representados na maioria das vezes de forma folclorizada ou exótica, como povos que formaram a nação brasileira, apenas isso. As poucas produções que existem são pouco difundidas, talvez porque não haja interesse em tal divulgação. Os museus são destinados a formar o povo brasileiro. Só isso. Todos os verbos são colocados no passado: caçavam, pescavam, andavam nus etc.

Produção cultural envolve um conjunto de bens culturais. Para nós, Tupinambá, as músicas, as crenças, as tradições, as produções

econômicas, o modo de conviver em comunidade, o artesanato, o modo de se vestir, se enfeitar e se pintar se constituem como produções culturais.

Para as sociedades nacionais, o patrimônio indígena é pouco valorizado. Foi necessária a lei 11.645/2008 para que as escolas falassem sobre a cultura indígena. A polêmica que gira em torno disso é: quais pessoas estão abordando a temática nas escolas e de que forma estão tratando o tema? O patrimônio indígena é veiculado de forma ilegítima. O movimento indígena tem um papel essencial em fazer cumprir a lei, e que seja dada oportunidade aos povos indígenas de contarem as próprias histórias.